MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

DA PAZ LIBERAL À VIRADA LOCAL: AVALIANDO A LITERATURA CRÍTICA SOBRE *PEACEBUILDING*[1]

FROM THE LIBERAL PEACE TO THE LOCAL TURN: ASSESSING THE CRITICAL DEBATE ABOUT PEACEBUILDING

AUREO DE TOLEDO GOMES
Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Doutor em Ciência Política (USP)
E-mail: aureotoledo@gmail.com

RESUMO: O artigo propõe-se a mapear parte da literatura crítica sobre as operações de *peacebuilding*. Com tal revisão, pretende-se demonstrar que a discussão sobre o tema transitou entre reformas e críticas estruturais ao modelo liberal de resolução pós-conflito, assim como análises que destacam a importância da análise das dinâmicas locais para a construção de uma paz duradoura. Inobstante importante inovação, tais propostas são passíveis de questionamentos teórico-metodológicos que ainda demandam respostas.

Palavras-chave: *peacebuilding – paz liberal – virada local*

ABSTRACT: The article intends to map part of the critiques about *peacebuilding* operations. With this review, we aim to show that the discussion moved between reforms and structural critiques of the liberal model of post-conflict resolution, as well as other studies that highlight the value of analyzing the local dynamics to build a lasting peace. In spite of such important innovation, these proposals face theoretical and methodological challenges that still need proper answers.

Keywords: *peacebuilding – liberal peace – local turn*

[1] O presente artigo é uma versão revista e ampliada da seção 2.3 da tese de doutorado do autor. Agradeço aos pareceristas anônimos da revista Monções pelos valiosos comentários ao artigo. Eventuais incorreções que porventura ainda tenham teimado em permanecer no texto são de minha única e exclusiva responsabilidade.

INTRODUÇÃO

Uma das discussões mais intensas na área de Segurança Internacional durante os últimos anos girou em torno da construção da paz em situações pós-conflito civil. Com tal intuito, um dos instrumentos à disposição de organismos e potências internacionais são as chamadas operações de *peacebuilding*[2], as quais, em linhas gerais, envolvem estratégias cujo objetivo central é criar as condições para uma paz duradoura, sobretudo mediante programas destinados a reintegrar ex-combatentes à ordem política, treinamento de polícia civil local e reconstrução do Estado de Direito, ou seja, tarefas vistas como soluções para o que se entende como as causas estruturais das guerras civis (BRAHIMI, 2000; DPKO, 2008).

Questão decisiva nesse tocante – e, em nosso entender, ponto crucial das controvérsias em tela – é aquela relativa à natureza das tarefas executadas para a construção de uma paz que se pretenda duradoura. A ideia subjacente ao diagnóstico tradicional sobre a emergência dos conflitos civis, sobretudo após os atentados terroristas de 11 de setembro, possui em boa medida natureza institucional: a ausência de instituições consideradas mais adequadas para o desenvolvimento político e econômico em dados países culminaria no aumento de divergências internas que poderiam extrapolar as fronteiras nacionais e atingir outros países. O problema seria assim resolvido com reformas que incentivassem

[2] Tomando como referência a publicação conhecida como Doutrina Capstone (DPKO, 2008), podemos dividir as atividades da Organização das Nações Unidas com vistas à resolução de conflitos em 5 tipos: *conflict prevention*, isto é, o uso de medidas diplomáticas para se evitar que tensões inter e/ou intraestatais culminem em violência aberta; *peacemaking*, que consiste no uso de medidas para se lidar e findar com os conflitos já em andamento; *peacekeeping*, o qual se refere ao uso das técnicas necessárias para se preservar a paz após um cessar-fogo entre as partes; *peace-enforcement*, que se refere ao uso de meios coercitivos, inclusive militares, com autorização prévia do Conselho de Segurança, para se findar com o conflito; e, finalmente, as atividades de *peacebuilding*, foco deste trabalho.

– ou mesmo, mediante meios militares, forçassem – tais países a se tornarem democracias liberais (WESLEY, 2008).

Atualmente, o conjunto de reformas imbuído da responsabilidade de reconstruir tais países agrupou-se sobre o que se convencionou chamar *paz liberal*. Grosso modo, trata-se de ações cujos objetivos a serem perseguidos são a democratização, estabelecimento do Estado de Direito, proteção dos direitos humanos e promoção de uma economia orientada ao mercado em países saídos de conflitos civis (RICHMOND, 2006). É importante frisar que a lógica que fundamenta a escolha de tais estratégias ancora-se na conhecida tese da *paz democrática*, a qual vincula o tipo de regime político dos Estados e o nível de estabilidade do sistema internacional a partir de uma aparente constatação: a inexistência de guerras entre países com regime democrático[3]. Sintomático do sucesso de tais ideias e do alcance que tiveram não apenas no debate acadêmico, como também político, é a afirmação do ex-secretário geral da ONU Boutros-Boutros Ghali quando da publicação do relatório *Uma Agenda para a Paz*, primeiro documento da organização no pós-Guerra Fria que procurava sistematizar a prática das operações de paz (GHALI, 1992: 35):

> Há uma óbvia conexão entre práticas democráticas – tais como o Estado de Direito e a transparência na tomada de decisões – e a concretização de paz e segurança em qualquer nova ordem política. Estes elementos de boa governança devem ser promovidos em todos os níveis das comunidades políticas nacionais e internacionais[4].

[3] O debate sobre a paz democrática tornou-se tema de grande disputa teórica e empírica na área de Relações Internacionais. Aos interessados, sugerimos a excelente revisão da literatura realizada por Chan (1997), assim como o conhecido trabalho de Russet e O'Neal (2001). Por fim, apesar das bases liberais de ambas, neste trabalho diferenciaremos *paz democrática* de *paz liberal*: enquanto o primeiro conceito fará referência a este debate específico da década de 1990, o segundo se relaciona às estratégias utilizadas para a estabilização de países saídos de conflitos civis.

[4] Todas as traduções livres do inglês para o português apresentadas ao longo do texto são de nossa responsabilidade e para uso exclusivo neste artigo.

Não à toa, especialmente ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 as operações de *peacebuilding*, mediante, por exemplo, (1) a formatação dos acordos de paz, (2) a cooperação técnica entre as partes envolvidas, (3) a imposição de condicionalidades, em conjunto com organismos financeiros internacionais, para incentivar reformas políticas e econômicas em troca de ajuda financeira, e, finalmente, (4) pelo próprio exercício de tarefas governamentais por parte dos interventores, contribuiriam para a criação de democracias liberais em contextos pós-conflito (PARIS, 2002).

Contudo, atualmente a *paz liberal* encontra-se sob intensas críticas (COOPER, 2007). Os legados do Afeganistão e do Iraque e a qualidade da paz construída em contextos pós-guerra civil, no qual a recorrência dos conflitos seria uma ameaça latente, foram entendidos como os principais indícios de tal crise. Ademais, consoante Mac Ginty (2011), quatro ameaças específicas desafiariam a hegemonia liberal, quais sejam: (1) problemas no campo, isto é, dificuldades, por exemplo, na implantação de um regime democrático ou mesmo as desigualdades econômicas oriundas da implementação de um novo regime econômico; (2) crise de confiança vis-à-vis a efetividade de grandes projetos de intervenção; (3) a não adesão dos atores locais ao projeto liberal, seja por negação aberta, seja por desconhecimento, dado que algumas intervenções não possuem capilaridade para alcançar o interior dos países; e (4) a concorrência de formas "não liberais" de resolução de conflitos avançadas por atores de peso como China, Rússia e Israel, os quais possuem estratégias distintas da abordagem liberal para os problemas de segurança adjacentes às suas fronteiras.

À luz de tamanha controvérsia, a meta do artigo é passar em revista parte da literatura crítica sobre o modelo liberal de *peacebuilding* e assim apresentar uma proposta para a organização da discussão sobre o tema. Ainda que modesta,

a proposta se justifica dada a pouca sistematização de tal debate no Brasil[5] e os desafios teórico-metodológicos, e consequentemente práticos, que os estudos críticos sobre *peacebuilding* precisam responder para se consolidarem como potenciais projetos concorrentes – e não apenas uma nova forma de aplicação - da paz liberal.

Para tanto, elegemos três eixos principais para a organização do texto: primeiramente, apresentaremos as *críticas reformistas*, isto é, aquelas que essencialmente questionam a forma como as operações são realizadas, e não seu conteúdo; as *críticas estruturais*, as quais interrogam o *peacebuilding* a partir do próprio funcionamento do sistema internacional; e o que a literatura sobre o tema chama de *virada local*, a qual destaca a importância da dinâmica local para o sucesso da estabilização pós-conflito. Por fim, na última seção do trabalho, tecemos algumas considerações sobre o atual estado da arte da literatura acadêmica sobre o tema.

AS CRÍTICAS REFORMISTAS

Sob o epítome *críticas reformistas* enquadramos os argumentos que não desafiam o projeto intelectual e político da paz liberal, porém questionam a execução do mesmo. Sobremaneira, trata-se de propostas com vistas a alterar as estratégias de liberalização política e econômica, mas cujo objetivo final ainda é construção de democracias liberais orientadas ao mercado. Exemplar dessa corrente são os trabalhos de Simon Chesterman e Roland Paris, objetos de estudo desta seção.

[5] Salvo melhor juízo, até o momento a única tentativa de sistematização deste debate no Brasil é o bom trabalho de Silva (2012). Já no exterior existem outras revisões desta literatura, como aquela realizada por Chandler (2010) e Richmond (2005), mas com eixos distintos do mapeamento aqui proposto.

A principal contribuição de Chesterman (2004; 2007) localiza-se na questão relativa à tensão em se estabelecer as condições para um governo nacional legítimo e sustentável mediante um período do que chama de autocracia externa, na qual atores internacionais tomariam as rédeas de atividades governamentais até que o Estado sob intervenção tenha as condições consideradas adequadas para ter o controle local do processo. A grande crítica do autor à forma como a ONU põe em marcha suas operações de *peacebuilding* centra-se especialmente em um descompasso entre o fim almejado das missões em contraposição aos meios para se alcançá-lo.

De forma específica, Chesterman argumenta que a transferência do poder para uma autoridade nacional mediada por eleições deve ser o propósito central de qualquer administração transicional (transitional administration). Contudo, o meio para tanto, usualmente ancorado na ideia do controle local (*ownership*) e que pode significar desde consulta e prestação de contas dos atores externos até a participação ativa dos atores locais durante o processo, não parece ser o mais adequado, visto que as autorizações para as intervenção estariam embasadas no diagnóstico de que o governo local carece das capacidades institucionais necessárias para exercer seu poder ou mesmo que a presença internacional veio da necessidade de se transformar toda a estrutura política do país. Assim sendo (CHESTERMAN, 2007: 7):

> Se pareceu apropriado minar o controle local com a decisão de mandar milhares de tropas para o território, a cessação das hostilidades não é um bom indicador de que as razões que levaram à intervenção militar de fato desapareceram. Pior, a restauração prematura do controle local pode culminar no retorno de práticas políticas (ou à falta delas) as quais demandaram inicialmente a intervenção. O controle local (*ownership*) é certamente o fim desejado das operações, mas quase que por definição não é o meio adequado.

O autor defende, portanto, a ideia de que o controle local seja passado para a população apenas quando o país tiver as capacidades institucionais adequadas para governar. Dessa forma, trazendo o exemplo da ocupação dos EUA na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, na qual inicialmente a participação local no processo político era baixa, Chesterman defende a relativização do controle local como meio para estabilização, pois seria contraprodutivo afirmar o controle doméstico se os recursos ainda são majoritariamente controles por atores internacionais e se a agenda externa ainda é predominante no processo, o que poderia gerar, no mínimo, frustrações que tendem a levantar suspeitas sobre o papel da intervenção. Em síntese, é nesse sentido que "as administrações transicionais contemporâneas podem se beneficiar em serem mais, e não menos, coloniais" (CHESTERMAN, 2004: 47).

Por sua vez, uma das primeiras contribuições de Paris para o debate foi a crítica ao estado da arte em que se encontrava a literatura sobre operações de paz ao final dos anos 1990. Segundo o autor (PARIS, 2002), estes estudos, ao privilegiarem as implicações operacionais das missões, sobretudo após o final da Guerra Fria, acabavam por negligenciar, por exemplo, os pressupostos ideológicos de tais empreitadas. Para além de um exercício de resolução de conflito e um fenômeno que surgiria em reação às chamadas Novas Guerras (KALDOR, 1999) ou mesmo aos Estados Falidos, as transformações das operações de paz após a Guerra Fria seriam reflexo de uma conjuntura maior, a qual procuraria globalizar um modelo de governança doméstica – a democracia liberal – do centro para a periferia do globo.

Nessa toada, Paris (2002) faz um paralelo entre as correntes operações e as missões civilizadoras da era colonial: a despeito do abandono de uma linguagem retrógrada que contrapunha civilizados e bárbaros, hoje as missões ancorar-se-iam na crença da superioridade da democracia liberal como forma de

governo a ser transplantada para os países da periferia do sistema. Em adição a este argumento, o autor sugere que além de refletir interesses dos interventores e de agências internacionais, as operações de paz seriam também constrangidas pelo que chamou de cultura global, ou seja, normas internacionais que legitimariam certas políticas e desautorizariam outras (PARIS, 2003). Destarte, após a Guerra Fria a democracia liberal poderia ser considerada a forma mais legítima de governança doméstica e todas as missões seriam embasadas nesse princípio.

Inobstante apontamentos pertinentes, entendemos Paris como um reformador. Dito de outra forma, de forma semelhante à Chesterman, o autor acredita que democracia e economia de mercado são variáveis essenciais para a resolução dos conflitos, mas que as atuais missões pecam por fazerem uso de estratégias de implantação equivocadas. Em sua obra mais conhecida (PARIS, 2004), o autor desenvolve a hipótese de que as missões da década de 1990 foram guiadas por uma lógica de liberalização: no âmbito político, liberalização seria sinônimo de democratização, enquanto que, na esfera econômica, a diretriz apontaria para a necessidade de consolidação de uma economia de mercado.

Sua proposta, então, é uma nova estratégia para as operações de paz denominada *Institucionalização antes da Liberalização* (*Institutionalization before Liberalization*), ou seja, partindo-se da premissa de que democratização e reformas orientadas ao mercado devem ser o objetivo das missões, mas que tais metas são transformações muito profundas e podem tumultuar a frágil paz em construção, para se evitar quaisquer efeitos desestabilizadores seria importante que (PARIS, 2004: 7):

> Primeiro, os interventores deveriam postergar a introdução de reformas democráticas e pró-mercado até que uma rede rudimentar de instituições domésticas capazes de administrar as tensões da liberalização tenham se estabelecido. Em segundo lugar, assim que tais instituições estiverem em funcionamento, os interventores devem

> administrar os processos de democratização e reformas econômicas de forma incremental e a partir de etapas, ao invés de imediatamente libertarem a competição política e econômica. A estratégia contém outros elementos, mas seu ponto principal é o seguinte: o que é imprescindível no imediato pós-conflito não são eleições rápidas, efervescência democrática ou mesmo uma terapia de choque na economia, mas sim uma abordagem gradual e controlada para a liberalização, combinada com a imediata construção de instituições governamentais que controlem as reformas políticas e econômicas.

Ainda dentro deste conjunto de elementos, também fazem parte da estratégia de *Institucionalização antes da Liberalização*: (1) esperar até que as condições estejam maduras para eleições, ou seja, aguardar até que partidos moderados estejam dispostos a competir sem retornar às armas e que as instituições políticas estejam prontas para administrarem o embate eleitoral; (2) fomentar instituições que premiem a moderação e não o extremismo; (3) promover uma boa sociedade civil, aquela interessada em findar com as polarizações e que dê suporte para partidos políticos moderados; (4) controlar o discurso de ódio na imprensa e na sociedade; (5) adotar políticas econômicas que reduzam os conflitos, tais como investimentos em infraestrutura que melhorem a qualidade de vida das pessoas e não políticas de arrocho fiscal e controle de gastos, por exemplo; e (6) a construção de instituições estatais efetivas, isto é, aquelas que cumpram as funções supracitadas além de outras consideradas essenciais de um Estado moderno[6].

[6] O viés reformador do autor é ainda mais saliente em um de seus últimos textos. A despeito de críticas relativas à atenção inadequada às condições institucionais domésticas para o sucesso da democratização e das reformas pró-mercado, a falta de coordenação entre os diversos atores internacionais envolvidos, a pouca vontade política dos interventores para completar as tarefas, assim como os recursos exíguos para as missões e a baixa participação da população local nas principais decisões relativas às reconstruções, dentre outras, Paris (2010) afirma que parece não haver alternativa ao *peacebuilding* liberal e que tais missões podem e devem ser reformadas, mas dizer que as mesmas fizeram mais mal do que bem seria uma acusação no mínimo exagerada.

Assim, concordando com e estendendo a apreciação de Silva (2012), em boa medida o cerne da crítica reformista de Chesterman e Paris jaz no diagnóstico de que o problema da imposição do projeto liberal reside nas lacunas institucionais que tais sociedades apresentam para a recepção de novas ideias que as irão reorganizar política e economicamente. Logo, o norte de estratégias como a *Institucionalização antes da Liberalização* é uma execução gradual de tais reformas para que os países em questão consigam sustentar instituições que, em última instância, incentivem o conflito político – disputas eleitorais – e econômico – a lógica de mercado guiada pelas leis de oferta e demanda -, mas que não incentivem a população a recorrerem à violência para resolvê-los[7].

AS CRÍTICAS ESTRUTURAIS

Mediante a rubrica *críticas estruturais* entendemos as abordagens inspiradas principalmente por ideias neogramscianas e pós-estruturalistas que interrogam a existência das operações de *peacebuilding* a partir do próprio funcionamento do sistema internacional. Trocando em miúdos, são análises que questionam, por exemplo, se as causas dos conflitos em questão não seriam intrínsecas ao funcionamento do sistema capitalista internacional, ou mesmo se as operações de *peacebuilding* contribuiriam para a manutenção da atual ordem internacional. Salvo melhor juízo, bons indicadores de tais estudos são as obras de Mark Duffield, Michael Pugh, David Chandler e Ian Taylor[8].

[7] Sintomático dessa preocupação do autor com a estabilidade em sociedades saídas de conflito é a recuperação que faz da conhecida obra de Samuel Huntington, *Ordem Política em Sociedades em Mudança*, para construir seu argumento e defender o gradualismo das reformas em tela.

[8] As primeiras obras de Oliver Richmond poderiam ser enquadradas como pós-estruturalistas, sobretudo seu livro de 2002. Contudo, optamos por discutir suas ideias a partir de sua proposição de uma paz híbrida, foco da seção seguinte, pois as consideramos marcos iniciais do que se convencionou chamar *virada local*.

De matriz neogramsciana, Michael Pugh (2005a; 2005b) procurou avaliar o que é transmitido mediante as operações de *peacebuilding* e como tais elementos contribuem para a manutenção da ordem internacional. Em primeiro lugar, Pugh argumenta que os relatórios que guiam as missões em campo muitas vezes executam reformas econômicas liberalizantes que privilegiam o capital internacional em detrimento da situação *in loco*, o que contribuiria para perpetuar a desigualdade entre periferia e centro.

De acordo com o autor, as transformações avançadas pelas operações de paz em sociedades saídas de conflito são feitas muitas vezes por meio da redução do papel do Estado, da promoção de privatizações e da confiança nas exportações e em investimentos diretos estrangeiros como mecanismos para se fomentar o crescimento econômico. Essa linha de raciocínio teria contribuído, segundo Pugh (2005a), para, por exemplo, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento ter se recusado a financiar a reconstrução da infraestrutura estatal na Bósnia e privilegiar ações relativas à criação de um ambiente que atendesse aos interesses do capital externo.

Diante de tal quadro, tornar-se-ia cada vez mais legítimo e necessário perguntar quais interesses seriam privilegiados nas operações de paz atuais. A resposta de Pugh (2005b, p. 34) não é otimista visto que "consideradas congenitamente incapazes de se autogovernarem, as sociedades saídas de conflitos necessitariam de formas de tutela que inevitavelmente refletiriam mais os interesses dos interventores". Essa representação depreciativa dos países é um ponto importante no argumento do autor, pois: (1) reforçaria a superioridade dos valores liberais dificultando assim lidar com as causas estruturais das injustiças que alimentam as instabilidades no sistema; (2) contribuiria para a busca de apoio político para as operações; e (3) serviria para preencher um possível vazio de ameaças e manter as dualidades entre Nós e Eles no mundo do pós-Guerra Fria.

Taylor (2007, 2010) caminha teórica e empiricamente em seara similar à de Pugh. Comungando da ideia de que a *paz liberal* é um conjunto de reformas cuja meta precípua seria a construção de um arranjo institucional que permitisse que o setor privado se instalasse em países saídos de conflitos civis, sua contribuição para o debate reside, sobretudo, na compreensão de como a sociedade civil nessas regiões é criada. De suma importância nesse processo é a atuação de doadores internacionais, os quais selecionam e financiam aquelas camadas da sociedade sob reconstrução mais alinhadas ao projeto liberal e que teriam condições de exercer a hegemonia em nível local. Contudo, mediante a análise do *peacebuilding* em países africanos, Taylor (2007) argumenta que a implantação do projeto liberal é dificultada, pois as elites africanas possuem sérias dificuldades para exercerem a hegemonia. Segundo o autor (TAYLOR, 2007: 559):

> (...) o Estado moderno que a paz liberal pressupõe ou demanda é dependente da distinção burguesa-liberal entre público e privado, a qual garante então o espaço para que a política adquira uma identidade que assegure sua diferença da economia. Contudo, a lógica da política em boa parte da África é a completa fusão entre público e privado. Em boa medida, o Estado é o principal campo de batalha pelo qual tanto a dominação política quanto econômica pode ser alcançada.

A grande consequência deste quadro segundo o autor seria a dificuldade de instalação de uma hegemonia burguesa com base econômica independente do Estado, considerada essencial para a instalação da *paz liberal*. Dessa forma, teríamos um arranjo político e econômico sumamente patrimonialista, no qual a corrupção, e não a dominação hegemônica, seria a liga que une todo o sistema. Quando a liderança cai, o que se seguiria seria a disputa aberta – e por vezes violenta - para o controle do Estado.

Com *insights* pós-estruturalista, especialmente a concepção foucaultiana de biopoder[9], a crítica de Mark Duffield (2001, 2009) à *paz liberal* emerge com base na sua análise sobre os conflitos civis da década de 1990.

Segundo o autor, a partir da década de 1970 houve uma importante transformação no capitalismo mundial: de uma lógica expansiva e inclusiva, que procurava agregar todos os territórios, cada qual contribuindo para o funcionamento do sistema como um todo, teríamos agora um movimento de concentração e exclusão, ou seja, o comércio, finanças e complexos industriais formais estariam cada vez mais concentrados em determinadas regiões das Américas, Europa Ocidental e Leste Asiático, enquanto que outras regiões - coligidas pelo autor no termo Sul e que reuniriam a África, Ásia Central, entre outros - estariam excluídas do sistema formal[10]. Essa exclusão teria ocorrido pelo fato que a demanda por produtos tradicionais produzidos por esses países teria declinado, os investimentos diretos tornaram-se arriscados devido a conflitos civis e governos instáveis, a força de trabalho não seria qualificada, dentre outros fatores.

Paralelamente a esta reconfiguração do sistema capitalista hodierno, teríamos uma reinterpretação da natureza da segurança. Principalmente após o final da Guerra Fria, a preocupação com guerras interestatais deslocou-se, dando

[9] Foucault chama de biopoder esta forma de domínio que tem como campo de aplicação a vida da população e está conectado com o desenvolvimento de formas específicas de conhecimento. Segundo o autor, "a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno de práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle da população. Abre-se, assim, a era de um biopoder (FOUCAULT, 2007: 152)".

[10] Duffield (2001) argumenta que tal exclusão não significa um vácuo de qualquer tipo de atividade econômica transnacional nessas regiões ou mesmo uma exclusão total. De acordo com o autor, o Sul estaria se integrando ao capitalismo liberal por vias informais, mediante o aprofundamento de todos os tipos de atividades paralelas e transnacionais com os países do Norte, muitas delas até consideradas ilegais, como tráfico de drogas e armas, por exemplo.

lugar a uma crescente vilanização do subdesenvolvimento e a afirmação contínua do nexo entre segurança e desenvolvimento:

> O foco das novas preocupações de segurança não são as ameaças de guerras interestatais, mas o perigo do subdesenvolvimento como fonte de conflito, atividade criminal e instabilidade internacional. Esta reinterpretação, ademais, significa que a lógica do sistema é de exclusão, a ideia de que o subdesenvolvimento é perigoso e desestabilizador proporciona justificativas para contínua vigilância e engajamento (DUFFIELD, 2001: 7).

Excluídos do sistema capitalista formal e representados como ameaças à estabilidade internacional devido ao fracasso em alcançarem um modelo político e econômico de governo nos moldes liberais, essa seria, portanto, a situação dos países do Sul no sistema internacional. Assim, haveria um consenso de que os problemas do Sul poderiam ser resolvidos apenas com medidas que os retirassem do caos social e os transformassem em entidades políticas estáveis e cooperativas e, para tanto, as reformas avançadas pela *paz liberal*. Em suma, as políticas liberais em países saídos de conflito seriam formas de biopoder cuja meta seria a contenção dos problemas do Sul no Sul, evitando que os mesmos atingissem o centro do capitalismo.

Ademais, tal situação redundaria na figura do *governance state* (DUFFIELD, 2009: 166): um regime de financiamento ou mecanismo para países dependentes crônicos de ajuda externa que proporciona estabilidade na relação doador-Estado, visto que "envolve o último na formatação e na distribuição dos recursos, mas dá ao primeiro o controle formal". Por esse prisma, a comunidade não atuaria de forma externa ao Estado; pelo contrário, ela faria parte do Estado, ditando os rumos das reformas políticas e econômicas. Todavia, devido à forma como se dá a relação entre interventores e país-alvo, os primeiros não teriam que prestar contas sobre suas responsabilidades frente a quaisquer problemas no processo de reconstrução.

Não menos incisivas são as críticas de David Chandler (2006, 2007, 2010) à discussão ora em tela. De acordo com o autor, as atuais práticas de reconstrução de Estados apresentam contradições que, ao menos até o momento, não foram solucionadas e talvez nem se pretenda que sejam. Em primeiro lugar, ao privilegiar a construção de instituições políticas pela via externa, e guiadas pelas normas da boa governança, as atuais operações deixariam pouco espaço para que estas mesmas instituições desenvolvessem laços com as forças sociais dos países. Assim, as práticas de boa governança seriam apresentadas como uma solução técnica para os problemas da esfera política dos países sob intervenção, reduzindo o processo político à administração de soluções tecnocráticas, ao invés de se pensar a política como uma forma de se resolver as tensões inerentes de qualquer sociedade. O seguinte trecho sintetiza seu argumento (CHANDLER, 2007: 81):

> Há uma tendência dos interventores internacionais em separar as reconstruções de Estados da política doméstica nos países sob intervenção: as reconstruções seriam vistas como científicas, processos técnicos ou administrativos que não requereriam a consolidação de um consenso popular para dar à população local participação no processo decisório. Enquanto no pós-Segunda Guerra Mundial as administrações externas de Alemanha e Japão engajaram a população no projeto de reconstrução social, econômica e política, e por meio disso conseguiram alto grau de legitimidade popular, as administrações internacionais da Bósnia, Kosovo e Iraque, por exemplo, incluíram apenas poucos no processo de produção e implementação política.

Assim, consoante Chandler, encontraríamos um grande dilema na exportação da democracia para países saídos de conflitos. Fundamentado em práticas de boa governança, proteção aos direitos humanos e eleições, o formato das atuais reconstruções não deixaria espaço para a autonomia e autodeterminação daqueles para os quais a democracia está sendo exportada. Essa mesma democracia seria vista como panaceia – panaceia técnica, é

importante frisar - para todos os problemas da esfera política de países considerados fracassados ao invés de ser considerada um processo pelo meio do qual as forças sociais determinariam e dariam conteúdo para o que os gregos chamavam de boa vida.

Se as práticas correntes de intervenção tomaram tais formas e possuem tais contradições seria porque, de acordo com Chandler (2006), mediante esse formato potências ocidentais e instituições internacionais conseguem exercer o poder sem prestar contas para a população local ou mesmo para a audiência externa. Seriam formas de se negar o exercício do poder por parte desses atores externos assim como também negar as responsabilidades que os mesmos teriam nas reconstruções, argumento que Chandler condensa na expressão *Império em Negação* (*Empire in Denial*). Tais ações, ao mesmo tempo em que verbalizam parcerias com os países fracassados criariam novas formas de dominação que, no limite, dariam origem a *Estados Fantasmas* (*Phantom States*), cujas instituições possuem financiamento externo, mas carecem de legitimidade social e política.

Não menos estimulante é a crítica que Chandler endereça também aos próprios críticos da *paz liberal*. Conforme o autor, em certa medida um dos consensos entre os críticos é que a falência do projeto liberal seria oriunda da grande dose de liberalismo dos interventores, isto é, se não fossem liberais demais, eventualmente a assistência e/ou intervenção externa poderiam ser menos problemáticas. Todavia, tal descrição redundaria numa visão das populações dos países sob reconstrução como um Outro não-liberal, ora como barreira para as aspirações liberais, pois não possuem as capacidades institucionais para tanto, ora como aquele que resiste ao projeto liberal, o qual ameaça a sua existência política e econômica. Logo (CHANDLER, 2010: 10):

> A "crítica" se torna pedido de desculpas dado que esse foco discursivo sobre o não-Ocidental ou Outro não-liberal é frequentemente sustentada para explicar a falta de sucesso da estabilização pós-conflito e, por isso, sugerem que democracia ou desenvolvimento podem não ser metas apropriadas, ou mesmo que as expectativas devam ser substancialmente diminuídas ou alteradas para lidarmos com a diferença[11].

À luz de tal questionamento, uma linha mais promissora para se interrogar o *peacebuilding* seria, portanto, compreendê-lo não como um empreendimento que almeja transformar sociedades não-Ocidentais em redutos liberais, mas sim como práticas para manutenção de dado status quo. Em suma, uma crítica direcionada não às aspirações liberais, porém às políticas e práticas intervencionistas.

A VIRADA LOCAL

Em alguma medida, é possível argumentar que o que hoje chamamos de *virada local* nos estudos de *peacebuilding* poderia ser considerado um *retorno ao local*, porém em registro distinto. Fazemos tal assertiva, pois no início dos anos 1990 parte significativa dos trabalhos sobre a ocorrência dos ditos novos conflitos civis centrava suas atenções na dinâmica local dos países em tela. Em outras palavras, a causa primária dos embates residiria, por exemplo, na *política identitária* (KALDOR, 1999), isto é, a reivindicação do poder estatal com base em uma identidade política, religiosa, clânica, dentre outras, ou mesmo na *vingança*

[11] A primeira vista poderia ser considerado no mínimo estranho apontar Chandler como um crítico estrutural, e não pertencente à virada local, a partir de tal questionamento. Contudo, nossa opção por este enquadramento deve-se ao fato de que a crítica acima apresentada é direcionada inclusive para autores como Oliver Richmond que tendem a enfatizar a importância do local nas operações de peacebuilding. Como será abordado na próxima seção, o cuidado dos autores alinhas à virada local em não romantizar e/ou exotizar as populações locais e entender o *peacebuilding* como uma empreitada híbrida em muito se inspira em críticas como as desenvolvidas por Chandler.

dos pobres (KAPLAN, 1994), das pessoas que estariam encontrando dificuldades para viver em um mundo cada vez mais interdependente. Em síntese, as causas das guerras civis no pós-Guerra Fria seriam explicadas pelas deficiências locais que agora, num contexto de globalização, ultrapassavam as fronteiras estatais.

Todavia, a atual *virada local* na discussão sobre *peacebuilding* distingue-se na medida em que emerge a partir de uma crítica ao projeto liberal de reconstrução pós-conflito e atenta-se para a dinâmica local como uma tentativa de se construir uma paz duradoura. Dentro desse campo de investigação, os trabalhos de Oliver Richmond e Roger Mac Ginty são exemplares dignos de nota. Em síntese, as principais críticas dos autores à paz liberal estariam calcadas nos dez pontos abaixo assinalados:

> É um projeto etnocêntrico, dirigido pelo norte e que pretende reproduzir formas de paz e governança alinhadas aos interesses de tais atores;
> Trata-se de uma empreitada elitista, controlada pelas elites locais e internacionais;
> Centra-se essencialmente em questões de segurança, privilegiando ordem e estabilidade em detrimento de uma possível emancipação;
> É superficial, dado que se preocupa mais com o conflito direto do que com suas causas estruturais;
> Possui natureza tecnocrática, uma vez que reduz a construção da paz a uma série de atividades técnicas;
> É rígida, pois baseia-se em modelos pré-definidos;
> É orientada por interesses de curto prazo, dado os orçamentos limitados e a alternância de governos nos países financiadores;
> Privilegia uma visão neoliberal para organização da economia;
> Cria-se uma paz ilusória, visto que pouca altera as relações de poder já existentes na sociedade;
> Não há conexão entre as expectativas internacionais e as demandas locais (MAC GINTY, 2011: 41-42).

Assim sendo, a partir da constatação de que a *paz liberal* não conseguiria avançar para além de uma paz virtual, na qual a recorrência dos conflitos seria uma ameaça latente, tivemos uma mudança significativa nos trabalhos sobre reconstrução pós-conflito: em detrimento de um viés que inescapavelmente comparava as deficiências de países ditos falidos com as virtudes dos países do

Ocidente e indagava o que faltava e/ou o que precisava ser transplantado para os primeiros, agora se opta por questionar que relações políticas, econômicas, sociais e culturais de fato existem nessas regiões antes da tentação de adjetivá-las como caos social ou fracasso estatal.

Propõe-se, portanto, um maior engajamento com o local, porém evitando-se uma inversão de polos e assim exotizando-o ou romantizando-o. Nesse sentido, nos últimos anos houve um investimento teórico e empírico significativo em trabalhos que advogam a ideia de uma paz pós-liberal ou mesmo de uma paz híbrida. Ancorados em boa medida pela perspectiva pós-colonial, os estudos sob questão procuram destacar a capacidade de agência da população local e como a mesma negocia, resiste ou mesmo subverte o projeto liberal de reconstrução pós-conflito. Nessa toada, para a construção de tais questionamentos é central a ideia de hibridismo, oriunda, sobretudo, dos trabalhos de Homi Bhabha (2007). Em síntese:

> Projetos sociais, econômicos e políticos sustentam-se a partir da emergência e manutenção de fronteiras: o sistema de classe e castas, monarquias e dinastias, disciplina militar e religião, para nomear apenas alguns. A noção do híbrido, ou mesmo um espaço intersticial entre duas entidades, sugere que fronteiras são porosas e, portanto, questiona a base da separação e a relação hierárquica superior-inferior constituinte das ordens sociais e políticas (MAC GINTY, 2011: 71).

Assim sendo, Richmond (2002; 2005; 2010) diferencia quatro gerações de estudos sobre paz e resolução de conflitos[12]. A primeira geração, herdeira das ideias do realismo político, parte da premissa de que o conflito é uma tendência biológica e que a única saída é garantir uma ordem mínima baseada em Estados e sem violência aberta entre os mesmos. A segunda geração, ao trazer para as

[12] No argumento inicial, apresentado em 2001 e aprofundado no livro de 2002, Richmond identifica três gerações. Ao retrabalhar suas ideias para o livro de 2010, o autor aponta a emergência de uma quarta geração.

análises as necessidades humanas e causas estruturais dos conflitos[13], procuraria resolver os conflitos, ao invés de apenas administrá-los, apresentando ideias como as de que paz demandaria desenvolvimento econômico, por exemplo. A terceira geração, por sua vez, enfatiza abordagens multidimensionais para consecução da paz, com uma gama variada de atores atuando em campo e prescrevendo democratização, estabelecimento do Estado de Direito, direitos humanos, mercados livres e globalizados e desenvolvimento nos moldes liberais como solução para os problemas. Implícito nesse discurso estaria a crença cosmopolita de que uma versão universal sobre a paz é normativamente possível por meio de aperfeiçoamento científico das estratégias a serem implementadas.

Nessa terceira geração, a paz alcançável é aquela que combinaria a construção da paz de cima para baixo, ou seja, a paz pode ser imposta de fora mediante a aplicação de mecanismos de governança por parte dos atores internacionais para controlar e tentar resolver os problemas das sociedades sob intervenção. Ao atender mais os interesses dos interventores, em especial atores internacionais como a ONU, organizações financeiras internacionais e ONGs, o resultado dessas intervenções seria a criação de instituições estatais fracas levando a uma situação em que a população não confiaria no novo Estado e na economia.

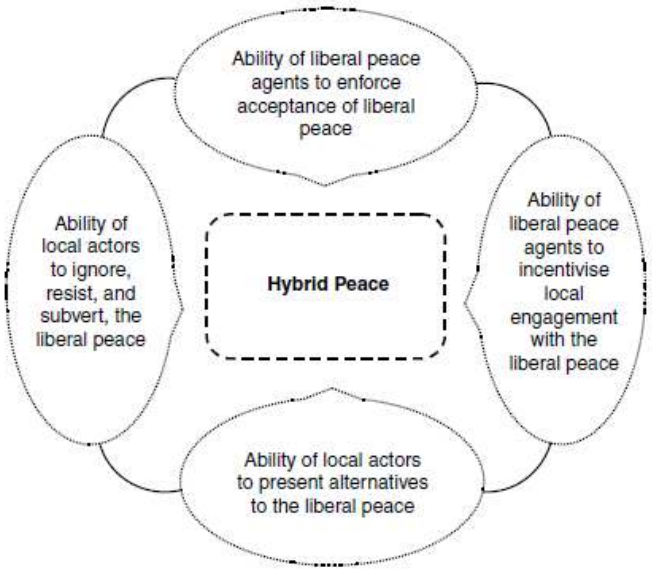
[13] A segunda geração foi influenciada por estudos como os de Johan Galtung (1990), que diferencia três tipos de violência. Teríamos assim a violência direta, caracterizada, por exemplo, por um assassinato; a violência estrutural, cuja melhor representação seria a morte das pessoas devido à pobreza; e, por fim, a violência cultural, tudo aquilo que nos impede de enxergar os fatos acima descritos como problemáticos ou que procuram justificar essas mesmas ações. Findamos com a violência direta ao mudarmos o comportamento do conflito (trazendo os contendores armados para a mesa de negociação, por exemplo); a violência estrutural extinguir-se-ia quando são removidas as contradições e injustiças da sociedade; e a violência cultural terminaria quando ocorrem mudanças nas atitudes dos atores frente as injustiças que ocorreriam cotidianamente. Dessa tipologia seria possível derivar os conceitos de paz negativa, caracterizada pela cessação da violência direta, e paz positiva, a superação das violências estruturais e culturais.

O pouco engajamento com a população culminaria, segundo o autor, na *romantização do local* (RICHMOND, 2009), ou seja, a visão de que os habitantes locais seriam (1) exóticos, informais ou inacessíveis; (2) incapazes de ter um papel substantivo na reconstrução, pois os mesmos não teriam a competência necessária para a construção de ordem formal liberal; (3) desonestos e incivilizados; e (4) um repositório de capacidades locais que agentes internacionais poderiam cooptar. A grande consequência dessa percepção é que não haveria espaço para a população local agir nos processos e que questões relativas ao bem-estar dos habitantes seriam relegadas, visto que seria contraproducente o engajamento com os locais. Devido a todos esses apontamentos, Richmond (2001: 335) afirma que:

> Conquanto terceiros – sejam Estados, acadêmicos, *peacekeepers* ou organizações – tenham mudado seus objetivos para a questão da segurança humana, e talvez com a melhor das intenções, ainda são relutantes em admitir que seus papéis e o impacto das suas ações não estão apenas fazendo a paz, como também exportando ordem, possivelmente de forma não intencional, mediante o sistema de valores e de modelos econômicos, políticos, sociais, culturais e normativos que moldaram o seu próprio desenvolvimento.

Uma quarta geração de estudos sobre paz e conflito, a partir das críticas aos problemas da terceira geração - em especial a dificuldade em se lidar com temas como justiça e reconciliação, identidade, gênero e pelo caráter impositivo da paz uma vez que há pouco diálogo com a população local – caminharia atualmente por duas searas. Inspirados nos trabalhos de Habermas, alguns autores apontam para atores não-estatais e formas de governança da sociedade civil como possibilidades de se criar uma paz emancipatória que contemple os interesses da população local. Outros, inspirados sobretudo pelos trabalhos de Foucault, enxergam os mecanismos acima descritos como formas de biopoder, por meio dos quais determinados atores conseguiriam capacidade e seriam autorizados a intervir em aspectos privados da vida humana.

Duas contribuições de ordem teórico-metodológica são, salvo melhor juízo, dois dos principais argumentos desenvolvidos por Mac Ginty (2011; 2013) para o debate em tela. A primeira contribuição do autor refere-se a um modelo metodológico para compreender o processo de hibridização em sociedades que passam por intervenções com o fito de construir a paz. Por conseguinte, o autor argumenta que tal processo seria resultante da correlação entre as seguintes variáveis: (1) a habilidade e poderes dos agentes externos em forçar a observância (*compliance*) do modelo liberal de construção da paz; (2) os incentivos externos para a instalação da paz liberal; (3) a habilidade dos atores locais em resistir, ignorar ou se adaptar as intervenções; e, por fim, (4) a habilidade desses mesmos atores em apresentar e manter alternativas ao modelo liberal: (MAC GINTY, 2011: 9):



Em segundo lugar, ao comungar da ideia de que as abordagens tradicionais tratam paz mediante uma definição negativa, entendida como ausência de conflito, assim como ao compartilhar da ideia de que a mesma é uma prática cultural, o autor procura desenvolver diretrizes para novos indicadores preocupados em mensurar paz em seus próprios termos. Nesse sentido, os novos indicadores deveriam ser construídos a partir das práticas cotidianas das

populações e a eleição de quais seriam os mais adequados ficaria a cargo dos participantes do projeto de reconstrução e de seus informantes, da mesma forma em que devem ser adaptáveis à mudança, perdendo, portanto, capacidade de generalização.

Todavia, os indicadores construídos a partir de tais diretrizes seriam construídos de baixo para cima, definidos e empregados pelas comunidades em tela, teriam o formato de descrições das condições e práticas locais e, consequentemente, conseguiriam transmitir uma gama de informações significativa as quais não seriam obtidas mediante os indicadores tradicionais. Nesse sentido, exemplos de indicadores locais seriam a retomada de práticas culturais que teriam declinado durante o conflito, a saúde e adoção de cães de rua[14], o aumento do número de donos de loja que pintam suas fachadas, dentre outros. Como o autor sugere, a ideia não é eliminar as ferramentas tradicionais, mas sim aprimorá-las: os indicadores locais poderiam atuar paralelamente aos já conhecidos, agregando valor, precisão e sentido para a construção da paz[15].

Tudo somado, temos uma discussão em boa medida normativa sobre *peacebuilding* a partir das críticas ao projeto liberal. Segundo Richmond (2011), devemos deixar de lado a concepção de *paz liberal* como um produto da modernidade ocidental aplicável nos mais distintos contextos e partirmos do pressuposto de que a construção da paz é uma prática cultural, com raízes em convenções sociais e políticas muito diferentes umas das outras. Assim, uma paz pós-liberal ou híbrida implicaria um engajamento com o Outro, procurando entender a dinâmica local, confrontando as dificuldades, mas também

[14] Em tempos de guerra o número de animais de rua cai devido à violência e à diminuição de lixo orgânico, pois as pessoas consomem menos, o que deixa de atrair os animais.

[15] Em comunicação pessoal com o autor, Roger Mac Ginty disse que a proposta dos indicadores locais atraiu a atenção da ONU e que atualmente está levando adiante um projeto para desenvolvê-los para 5 países da África Subsaariana.

aproveitando as oportunidades de tal contato para a construção de uma paz realmente orgânica.

Ademais, uma agenda de pesquisa orientada na busca de uma *paz pós-liberal* poderia investigar mais pormenorizadamente temas como tradições culturais locais, as operações de paz como processos emancipatórios preocupados com o cotidiano e a segurança humana, como criar processos decisórios comandados pelos locais e como agentes internacionais poderiam auxiliar nesse processo e pensar a paz para além do Estado liberal. Logo, a proposta da *virada local* é:

> (...) O engajamento com o local, e com as maneiras em que a paz é formada pelas forças locais (e internacionais) não é render-se às forças do capitalismo global ou mesmo aos pressupostos de superioridade ontológica do Ocidente. Pelo contrário, é mostrar como o poder circula e como a legitimidade mesmo nos recantos mais obscuros demanda prestação de contas. É pensar também a possibilidade de emancipação e empatia num contexto local e global, a partir de valores, identidades e necessidades dos sujeitos locais, em detrimento de supostos interesses nacionais e internacionais, de elites marxistas, liberais ou neoliberais cujas narrativas sobre a paz e sobre o suposto papel de uma vanguarda, de instituições internacionais ou mesmo do mercado global raramente conseguiram ter sucesso (MAC GINTY; RICHMOND, 2013: 780).

Por fim, o quadro abaixo apresentado é uma tentativa para sintetizar os principais desenvolvimentos da literatura aqui revisada:

Síntese das abordagens		
Nome	**Representantes**	**Argumentos principais**
Críticos reformistas	Simon Chesterman	Críticas à forma de execução, e não ao conteúdo, das operações de *peacebuilding*
	Roland Paris	
Críticos estruturais	Michael Pugh	*Peacebuilding* como ferramenta de manutenção do status quo internacional e como forma de biopolítica para controle de sociedades saídas de conflitos
	Ian Taylor	
	Mark Duffield	
	David Chandler	
Virada Local	Oliver Richmond	Importância da análise da dinâmica local, sem romantizá-la e tampouco exotizá-la. *Peacebuilding* como um fenômeno híbrido.
	Roger Mac Ginty	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modesto intuito da presente revisão é apresentar aos interessados parte do atual estado da arte sobre os estudos críticos acerca das operações de *peacebuilding*. Após tal esforço, podemos notar que, diferentemente do início dos anos 1990, quando o foco dos estudos sobre operações de paz transitavam ora entre descrição das missões finalizadas ou em andamento, ora entre análises que buscavam produzir manuais de lições aprendidas, assim como faziam uso de metodologias especificas como estudos econométricos, para avaliar como as

missões poderiam ser melhor efetivadas, vemos que a discussão sobre a *paz liberal* e a *virada local* proporcionou uma oxigenação teórica na discussão, sobretudo ao indagar o estatuto ideológico das missões, seja apoiando ou seja questionando a qualidade do projeto liberal.

Inobstante críticas pertinentes, as indagações propostas por todas as três vertentes aqui resenhadas são passíveis de questionamentos, os quais, salvo melhor juízo, ainda permearão a discussão sobre o tema nos anos vindouros. Assim sendo, cabe-nos nestas considerações finais fazer um apanhado do que consideramos serem os principais problemas apresentados até o momento pelos autores em tela.

Com relação àqueles que defendem reformas do projeto liberal, aqui representados por Chesterman e Paris, duas grandes questões ainda encontram-se em aberto. Primeiramente, como o próprio Paris já antecipara, as estratégias propostas para reformar a execução da paz liberal podem eventualmente pecar por gerar uma situação de dependência externa, além dos altos custos envolvidos em tamanho engajamento internacional.

Frente a tal quadro, os autores argumentam que em boa medida não há alternativa, dado que se tratam de situações complexas e que o engajamento deve ser o suficiente para restaurar o governo central de tais países. Em termos de implementação em campo, decerto trata-se de um ponto importante, porém em nosso entendimento especialmente a estratégia de Paris - a qual é efetivamente uma proposta, e não uma diretriz, como a de Chesterman - é precedida por uma visão do país em questão como um local vazio, isto é, carecendo de desenvolvimento e de instituições e, portanto, culminando na construção de uma relação quase que pedagógica entre interventores e população. Logo, além da potencial dependência, teríamos também uma visão depreciativa sobre as sociedades alvo das missões.

Não à toa, termos-chave para Paris são "promoção de uma boa sociedade civil", "partidos políticos e sistemas eleitorais que premiem a moderação", "controle do discurso de ódio", entre outros. Não é nossa intenção fazer apologia à violência, mas sim mostrar que a partir de determinada reificação de identidades de interventores externos e população local é possível desautorizar questões como, por exemplo, que outros interesses estariam sendo privilegiados a partir da construção de democracias liberais orientadas ao mercado e minimizar a participação local em seu próprio processo de reconstrução.

É precisamente na esteira deste questionamento que, conforme vimos, surgem as *críticas estruturais*. Os autores alinhados a esta perspectiva, cada qual a seu modo, passam a enxergar as operações de *peacebuilding* como um mecanismo de reprodução de determinada ordem internacional, isto é, ao invés de se tratarem de mecanismos para resolução de conflitos, as missões deveriam ser entendidas como sintomas de um sistema internacional que cria suas próprias deficiências. Certamente, estamos frente a uma das mais potentes críticas às operações de paz, que inclusive leva-nos a refletir sobre a natureza extremamente desigual do sistema internacional contemporâneo, mas que ainda carece de uma resposta para a questão relativa a o que fazer frente a conflitos civis no curto prazo. Aqui, cabe a conhecida pergunta de Nicholas Wheeler (2002): se existe a possibilidade de resultados positivos de uma intervenção, se a mesma findará com as mortes, os interesses dos interventores podem eventualmente serem variáveis que impeçam que se salvem estranhos?

Finalmente, a *virada local*, a despeito de sua contribuição para romper com determinada visão pejorativa sobre países até então considerados falidos, também é alvo de disputas teóricas e práticas. Conforme muito bem apontado por Silva (2012: 80), a proposta de paz híbrida não consegue escapar de uma dicotomia entre o internacional e o local, culminando numa reafirmação de

identidades, sem tensionar "o particular que se pretende universal e o universal presente no particular". Ademais, por vezes o local é visto de forma homogênea e elevado ao estatuto de agente autônomo, capaz de fazer escolhas racionais e definir suas preferências, mas limitado por princípios e valores definidos por agentes externos, o que, em última instância, pode ser entendido como uma nova forma de se legitimar intervenções externas, pois o foco seria tão somente em entender como o local deveria ser incluído na construção da paz.

Em alguma medida, Mac Ginty e Richmond (2013) reconheceram tais críticas e as apontaram como aquelas que merecem profunda reflexão, além de também apontarem outra interrogação: qual é a relação entre poder e paz e como uma paz emancipatória relaciona-se com, ou emerge de, práticas de poder? São questões ainda em aberto e que demandam reflexão, mas percebe-se também que a despeito de todo o investimento teórico dos autores em abordagens que questionam a visão de identidades essencialistas e homogêneas, há a preocupação com uma paz que leve à emancipação.

Nessa direção, acrescentamos nós agora, se estamos tratando de identidades heterogêneas, que emergem a partir do contato ou que seriam resultados de disputas de poder por meio das quais um particular em determinado consegue impor seu projeto e passa a ser visto como universal, não seria interessante pensarmos em possibilidade de várias emancipações ao invés de uma emancipação? Dito de outra forma, ao menos em nosso entendimento há um paradoxo em destacar o caráter heterogêneo do local, mas afirmar apenas uma emancipação possível.

Assim, sendo, salvo melhor juízo, acreditamos que as próximas curvas de debate tão instigante cercarão tais questões e demandarão imersões teóricas e metodológicas cada vez maiores, sobretudo em termos de se é possível acessar o local, que tipo de emancipação é possível, se tal virada seria apenas um

movimento discursivo legitimador para intervenções e qual o estatuto ético-normativo do *peacebuilding*. Cremos que tal investimento é de suma importância, pois, apropriando-nos das palavras de Goodhand (2006: 45), "praticantes que relegam teoria podem acabar tornando-se escravos inconscientes das teorias de terceiros".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi (2007). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRAHIMI, Lakhdar (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. New York: General Assembly and Security Council.

CHAN, Steven (1997). "In search of Democratic Peace: Problems and promise". *Mershon International Studies Review* 41, p.p. 59-91.

CHANDLER, David (2006). *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. London: Pluto Press.

CHANDLER, David (2007). "The State-Building dilemma: Good Governance or Democratic Government?" In: HEHIR, Aidan; ROBINSON, Neil (org.). *State-Building: Theory and Practice*. New York: Routledge.

CHANDLER, David (2010) "The uncritical critique of 'liberal peace'". Review of International Studies, vol. 36, p.p. 1-19.

CHESTERMAN, Simon (2004). *You, the people: the United Nations, Transitional Administration, and State-Building*. Oxford: Oxford University Press.

CHESTERMAN, Simon (2007). "Ownership in theory and in practice: transfer of authority in UN Statebuilding". *Journal of Intervention and Statebuilding*, vol. 1, n.1, p.p. 3-26.

COOPER, Neil (2007). "On the crisis of the liberal peace". *Conflict, Security and Development* vol.7, n.4, p.p. 605-616.

DPKO (2008). *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. New York: Department of Peacekeeping Operations.

DUFFIELD, Mark (2001). *Global Governance and the new wars: the merging of security and development*. London: Zed Books.

DUFFIELD, Mark (2009). *Development, Security and Unending War*. Cambridge: Polity Press.

FOUCAULT, Michel (2007). *A História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal.

GALTUNG, Johan (1990). "Cultural Violence". *Journal of Peace Research*, vol. 29, n. 3, p.p. 291-305.

GHALI, Boutros-Boutros (1992). *An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. Disponível em www.un.org. Acesso em 14/08/2011.

GOODHAND, Jonathan (2006). Aiding *Peace: the role of ONGs in armed conflict*. London: Lynne Rienner.

KALDOR**,** Mary (1999). *New and Old Wars: organized violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press.

KAPLAN, Robert (1994). "The Coming Anarchy". *The Atlantic Monthly*, February.

MAC GINTY, Roger (2011). *International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace*. New York: Palgrave.

MACGINTY, Roger (2013). "Indicators +: a proposal for everyday peace indicators". *Evaluation and Program Planning*, n. 36, p.p. 56-63.

MACGINTY, Roger; RICHMOND, Oliver (2013). "The local turn in peace building: a critical agenda for peace". *Third World Quarterly*, vol. 34, n. 5, p.p. 763 - 783.

PARIS, Roland (2002). "International Peacebuilding and the 'Mission Civilisatrice'". *Review of International Studies*, vol. 28, p.p. 637-656.

PARIS, Roland (2003). "Peacekeeping and the Constraints of Global Culture". *European Journal of International Relations*, vol. 9, n. 3, p.p. 441-473.

PARIS, Roland (2004). *At War's End: Building Peace after Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.

PARIS, Roland (2010). "Saving Liberal Peacebuilding". *Review of International Studies*, vol. 36, p.p. 337-365.

PUGH, Michael (2005a). "Peacekeeping and Critical Theory". In: BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul (org.) (2005). *Peace Operations and Global Order*. New York: Routledge.

PUGH, Michael (2005b). "The Political Economy of Peacebuilding: a Critical Perspective. *Journal of Peace Studies*, vol. 10, n.2, p.p 23-42.

RICHMOND, Oliver (2001). "A Genealogy of Peacemaking: the Creation and Recreation of Order". *Alternatives*, vol.26, n. 3, p.p. 317-348.

RICHMOND, Oliver (2002). *Maintaining Order, Making Peace*. London: Palgrave.

RICHMOND, Oliver (2005). *The Transformation of Peace*. New York: Palgrave.

RICHMOND, Oliver (2006). "The problem of peace: understanding the 'liberal peace'". *Conflict, Security and Development* vol. 6, n. 3, p.p. 291-314.

RICHMOND, Oliver (2009). "The Romanticisation of the Local: Welfare, Culture and Peacebuilding". *The International Spectator*, vol. 44, n. 1, p.p. 149-169.

RICHMOND, Oliver (2011). *A Post-Liberal Peace*. New York: Routledge.

RICHMOND, Oliver (org.) (2010). *Palgrave Advances in Peacebuilding: Critical Developments and Approaches*. London: Palgrave.

RUSSETT, Bruce; O'NEAL, John (2001). *Triangulating Peace: Democracy, Interdependence, and International Organizations*. New York: W.W.Norton & Company.

SILVA, Francine Rossone (2012). *A paz liberal nas operações de peacebuilding: o 'local' e os limites da crítica*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TAYLOR, Ian (2007). "What fit for the liberal peace in Africa?". *Global Society*, vol. 21, n. 4, p.p. 553-566.

TAYLOR, Ian (2010). "Liberal peace, liberal imperialism: a gramscian critique". In: RICHMOND, Oliver (org.) (2010). *Palgrave Advances in Peacebuilding: Critical Developments and Approaches*. London: Palgrave.

WESLEY, Michael (2008). "The state of the art on the art of state building". *Global Governance*, 14, p.p. 369-385.

WHEELER, Nicholas (2002). *Saving Strangers: Human Intervention in International Society*. New York: OUP.

Recebido em 12 de fevereiro de 2014.
Aceito em 26 de março de 2014.